

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	VANGUARDA			
Nº PAG.	43	DATA	1 dezembro 2017	

Espera-se que estas medidas tenham, no curto prazo, um impacto positivo relevante na estabilização da economia e que contribuam igualmente para a atenuação de alguns dos problemas sociais mais urgentes

Chindalena Lourenço / Sócia Fátima Freitas Advogados

Novos desafios da política monetária e cambial

É consensualmente aceite que Angola mantém uma extrema vulnerabilidade em relação ao petróleo. A queda do preço do barril de petróleo nos mercados internacionais, de natureza estrutural, entre outros, gerou a contracção da actividade económica, um aumento exponencial da taxa de inflação e uma redução relevante das reservas internacionais líquidas (RIL). O Plano Intercalar recentemente aprovado pelo Executivo prevê uma série de medidas, a implementar a curto prazo, que visam relançar a economia e alcançar a estabilidade macroeconómica, assim como mitigar os problemas sociais mais prementes, as quais deverão ser oportunamente acompanhadas por medidas financeiras e estruturais de médio e longo prazo.

Em particular no que se refere ao sector monetário e cambial, constata-se que se verificou um crescimento exponencial da taxa de inflação no período considerado entre 2013 e o II trimestre de 2017, apesar das medidas de política monetária contraccionistas adoptadas, com a taxa de juro do Banco Nacional de Angola (BNA) a aumentar 7,25 p. p. Em termos nominais, o crédito à economia registou uma tendência anual crescente, embora, em termos reais, se registre uma contracção que tem condicionado o fomento do sector privado. No período em análise, o spread entre as taxas de juro activas e passivas dos bancos comerciais aumentou, factor que se traduz igualmente num constrangimento importante à actividade económica.

No sector cambial, verificou-se que as taxas de câmbio nominais dos mercados primário, secundário e informal se depreciaram, respectivamente, 70%, 71% e 261%. Dado que grande parte das transacções cambiais ocorre no mercado informal, este último tem um forte impacto e cria distorções consideráveis à economia real. Porém, a taxa de câmbio real apreciou-se em cerca de 16%, devido, em parte, às pressões inflacionistas, o que reduz a competitividade da economia nacional. Neste sentido, afigura-se necessário um ajuste cambial que, por via de uma combinação adequada de acções, propicie a desinflação e a eliminação da sobrevalorização da moeda nacional.

No que se refere à posição externa, Angola parece estar em linha com outros países subdesenvolvidos, tendo as RIL registado uma contracção acumulada de 46,4% como consequência dos sucessivos défices da balança de pagamentos decorrentes, essencialmente, da diminuição do valor das exportações petrolíferas (em virtude da queda do preço e das quantidades do petróleo).

Neste quadro, foi enunciada no Plano Intercalar uma série de medidas de curto prazo, incluindo para controlo e maior eficiência da despesa pública, aumento do investimento directo, fortalecimento do sector financeiro e mitigação de problemas sociais.

Em sede de política monetária e cambial, foi anunciada, entre outras medidas, a adopção de um regime cambial de flutuação administrada dentro de uma banda compatível com a meta de inflação e o nível das RIL que assegure, pelo menos, oito meses de importação. Foi também anunciada a adopção de um modelo transitório que inclua leilões livres para bens essenciais e operações privadas (viagens, assistência familiar, ensino e saúde).

Foi entretanto emitida uma circular pelo BNA no sentido de regular, enquanto

não for reposto o sistema de leilões, a venda de divisas para estes fins e conferir maior transparência ao processo e previsibilidade aos bancos.

Por outro lado, deverá ser imposto que os pagamentos de importações apenas se realizem através de cartas de crédito. Não é, ainda, claro como as novas regras serão aplicáveis aos downpayments e nos pagamentos de mercadorias após a sua expedição ou entrega.

De acordo com o Plano, deverão também ser proibidas transferências para destinos considerados como paraísos fiscais. Manifesta-se, ainda, a intenção de ajustar a taxa de juro de referência e de rever a ponderação do rácio de reservas obrigatórias, assim como de reavaliar o coeficiente para reservas em moeda estrangeira e a posição comercial dos bancos comerciais em relação aos fundos próprios regulamentares.

Espera-se que estas medidas tenham, no curto prazo, um impacto positivo relevante na estabilização da economia e que contribuam igualmente para a atenuação de alguns dos problemas sociais mais urgentes. ▽

